



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONPUS PETRÓPOLIS 2026.

Aos seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, foi realizada a segunda reunião ordinária do Conselho do campus Petrópolis (CONPUS-PT), no Salão Nobre da Unidade Petrópolis (UNED-PT), sob a presidência do Diretor Felipe da Rocha Henriques, e com a participação dos membros natos: Jurair Rosa de Paula Junior (gerência acadêmica); Michele Marques Gonzales (gerência administrativa); Renan Ribeiro Moutinho (coordenação do curso Técnico em Telecomunicações integrado ao Ensino Médio); Cristiano de Souza de Carvalho (coordenação do curso de Bacharelado em Engenharia de Computação); Rafael Teixeira de Castro (coordenação do curso de Bacharelado em Turismo); Marcos Correa da Silva (coordenação do curso de Licenciatura em Física); Leandro Tavares da Silva e Thiago Brañas de Melo (coordenação do curso de Licenciatura em Matemática). Também participaram os membros eleitos: Dalbert Matos Mascarenhas e Soraia Wanderosck Toledo (Docentes); Daphne Holzer Velihovetch e Luciana de Souza Castro (Extensão); Paulo Henrique Aipe Avelar de Paiva (Pesquisa); Camila Borges Barreto de Carvalho, Carlos Silva de Jesus e Thiago Marques Esteves (TAEs), Cristiano Rodrigues Cardoso (Discente Graduação). Ausente a representação da coordenação do curso de pós-graduação Práticas, Linguagens e Ensino na Educação Básica. Também ausente a representação discente da pós-graduação. Vacante a representação discente do curso do ensino médio e técnico. Após constatar o quórum, o presidente iniciou o expediente às catorze horas e vinte e dois minutos. Em comunicações, falou sobre as alterações ocorridas na Coordenação do Curso de Bacharelado em Turismo, que passou a ser composta pelos professores Rafael Teixeira de Castro (coordenador) e Leliana Patrícia de Oliveira Silveira (substituta eventual). Parabenizou os novos representantes desta coordenação de curso, e deixou registrado seus agradecimentos às professoras Suzana Santos Campos e Jarlene Rodrigues Reis, que ocuparam as respectivas cadeiras anteriormente. Em seguida, o presidente empossou o atual membro nato (titular) da Coordenação Curso de Bacharelado em Turismo, professor Rafael Teixeira de Castro. Sua suplente tomará posse na próxima reunião deste Conselho. Ainda em comunicações, falou sobre as dificuldades enfrentadas no fornecimento de materiais de higiene e limpeza pela empresa contratada. Conforme PDC divulgado em 5/5/2026, reiterou que o descumprimento de obrigações contratuais, pela prestadora de serviços, resultou no desabastecimento de materiais de higiene e limpeza. Também mencionou atraso nos pagamentos aos colaboradores da empresa contratada e informou que medidas administrativas cabíveis já foram tomadas, tais como a abertura de processo de penalização da empresa e a realização de uma nova licitação, na modalidade pregão eletrônico, cuja sessão está prevista para o próximo dia 12 de maio (processos SUAP: 23063.000082/2026-09 e 23063.000660/2026-07). Esclareceu que, para reduzir os impactos causados pelo desabastecimento de materiais de higiene e limpeza, a UnED Petrópolis tem contado com o apoio de outras Unidades do Cefet/RJ, buscando atender às demandas emergenciais da comunidade acadêmica. A representante Daphne Holzer sugeriu divulgar (via PDC) uma campanha de uso consciente de materiais de higiene e limpeza, especialmente neste momento desafiador. O Conselho apoiou a sugestão de Daphne. A gerente administrativa, Michele Gonzales, esclareceu que o critério de menor preço, adotado nas licitações de serviços terceirizados, dificulta uma melhor seleção da empresa a ser contratada, e que, em casos de descumprimento contratual, a solução encontrada seria penalizar e licitar novamente. Quanto aos embaraços processuais, o presidente mencionou problema similar atualmente enfrentado, relacionado ao atraso no andamento das obras da biblioteca. Devido ao descumprimento do prazo previsto para término das obras, advertências feitas à empresa contratada constam no processo que tramita via SUAP. Também informou que, possivelmente, a empresa retorne aos trabalhos amanhã. A bibliotecária Luciana Castro

informou que restam pendentes apenas 15% do projeto para a conclusão das obras. Por se tratar de um prédio tombado pelo patrimônio histórico, o presidente também lembrou alguns atrasos ocorridos durante a realização das obras, referentes aos trâmites de pedidos de autorizações ao INEPAC e IPHAN. Prosseguindo com as comunicações, Jurair de Paula (GERAC) falou sobre o orçamento destinado às visitas técnicas 2026, conforme e-mail enviado às coordenações de curso em 10/4/2026. Em relação ao resumo orçamentário apresentado, ressaltou que os saldos informados na planilha poderão ser remanejados, de acordo com a necessidade de cada Colegiado. Retomando a palavra, o presidente falou sobre eventos na Unifase e Serratec, conforme divulgações no grupo de setores do whatsapp. Agradeceu aos professores Thiago Melo e Paulo Apipe pela iniciativa de organizar eventos e, também, parabenizou o Professor Renan e os três alunos do ensino médio integrado ao técnico em telecomunicações, premiados no evento de empreendedorismo “Trilhar Maker Labs: Pitch for Peace”, realizado em 30 de abril, na Sala Cecília Meirelles, no Rio de Janeiro. Continuando com as comunicações, em nome da Comissão Local de Acompanhamento de Egressos do Cefet/RJ Petrópolis, o professor Marcos pediu ajuda das coordenações e dos colegiados para a divulgação da pesquisa 'Levantamento de trajetória de egressos', cujo texto e link para formulário foram divulgados por meio de PDC, e no whatsapp 'Petrópolis Setores/Coordenadores'. Informou que a ação é desenvolvida pela Comissão Local de Egressos do Cefet/RJ Petrópolis que, além da referida pesquisa, promove encontros anuais com estudantes egressos. Recentemente, a referida Comissão também implementou um questionário para alunos concluintes, que visa criar um banco de dados para otimizar canais de contato e fortalecimento de vínculos institucionais com ex-alunos. Passando a tratar da ordem do dia, o presidente submeteu a ata da 1ª reunião ordinária do CONPUS-PT 2026, para a aprovação dos conselheiros. Encaminhada à votação, a ata da 1ª reunião ordinária do CONPUS-PT 2026 foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o presidente também encaminhou à aprovação dos conselheiros, os seguintes atos:

- Ato 2/2026, que designa a Comissão permanente de acompanhamento e combate à violência contra mulheres, da Unidade Petrópolis. O presidente esclareceu que um ato complementar será emitido com as atribuições informadas pela comissão na presente data. Marcos entende que a iniciativa desta comissão local ajudará na elaboração de uma política institucional a ser desenvolvida pelo Conselho de Ensino (CONEN). Encaminhado à votação, o ato 2/2026 foi aprovado por unanimidade.
- Ato 3/2026, que atualiza a composição do Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDS) da Unidade Petrópolis. Também aprovado por unanimidade.
- Ato 4/2026, que aprova o Regulamento que dispõe sobre o tratamento especial dos discentes regularmente matriculados que se encontrem em condições excepcionais decorrentes da guarda religiosa, nos termos da Lei nº 13.796/19, e dá outras providências. Jurair informou que a construção deste regulamento contou com apoio das Coordenações, SAPED, SERAC e GERAC. O documento é composto por regulamento, fluxograma e formulários anexos, visando nortear alunos e professores quanto aos procedimentos a serem adotados nestes casos de guarda religiosa. Camila mencionou a devida atenção, caso porventura ocorra, aos alunos sabatistas da pós-graduação LSPLE, cujas aulas ocorrem às sextas à noite e sábados. Jurair informou que a vigência será semestral (graduação) ou anual (técnico), considerando a troca de disciplinas a cada período/ciclo. Marcos solicitou retificar o caput do art. 4º, ficando a redação da seguinte forma: “Art. 4º O discente deverá solicitar prestação alternativa por motivo de Guarda Religiosa, mediante requerimento formal dirigido à Gerência Acadêmica, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da matrícula em disciplinas cujos horários coincidam, parcial ou totalmente, com o período indicado na declaração (Art. 5º § 1º) de Guarda Religiosa.” Daphne perguntou se o aluno poderia fazer pedido retroativo. Jurair respondeu que está previsto no Regulamento (art. 10) que a vigência da prestação alternativa por motivo de guarda religiosa, quando concedida, inicia no dia em que o discente formalizou a solicitação (procedimento adotado somente para novos alunos). Ao discente que ingressou antes da criação deste regulamento, entende-se como data de solicitação o momento em que este informou à coordenação do curso, ou docente(s), sobre sua convicção religiosa. Como o sistema acadêmico é limitado e permite lançar apenas Presença (P) ou Falta (F), Jurair aconselha aos docentes registrarem Presença quando alunos estiverem ausentes por motivo de Guarda Religiosa e colocarem a observação "Discente <nome completo> ausente por motivo de Guarda Religiosa", uma vez que a Falta será considerada no cômputo para reprovação por frequência. Passando ao regime de votação, o Ato 4/2026 foi aprovado por unanimidade. Prosseguindo com a ordem do dia, Jurair falou sobre: Isenção/Equivalência de disciplinas com CH de extensão. Lembrou que todos PPCs precisaram se adequar ao previsto na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que prevê 10% da Carga Horária (CH) para atividades de extensão. Mencionou que “no art. 5º do anexo da Resolução CEPE/CEFET-RJ nº 1, de 16 de março de 2023, estão elencadas três modalidades de incorporação da CH de extensão na revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs). Na modalidade 1, um percentual da CH da disciplina poderia ser destinado à extensão como componente curricular e,

deste modo, comporia a CH total com teoria/prática/estágio. Tal fator implica na dificuldade em se obter isenção de disciplinas por meio de equivalências, pois, a partir da mudança dos PPCs, e disciplinas que incorporaram extensão (modalidade 1), ainda que o aluno tenha cumprido 75% da CH e conteúdo exigidos da disciplina nova (com extensão) não poderia obter a isenção pelo fato da disciplina do currículo antigo (sem extensão; cursada pelo aluno solicitante) não conter CH explícita de extensão. Destacou que “apesar de já ser um problema conhecido por todas as instâncias do Cefet/RJ, até o momento não existe solução para esta lacuna sistêmica.” Marcos mencionou debates no CONEN a respeito, que não lograram êxito. Camila informou que, frequentemente, SERAC e GERAC recebem solicitações de alunos que aguardam soluções nesse sentido. Nestes casos, Jurair sugere que os docentes, ao avaliarem os pedidos de isenção de disciplinas, declarem se (e como) o aluno cumpriu a CH de extensão da disciplina, cabendo às Coordenações de curso o repasse das informações à SERAC. Daphne sugeriu que os alunos cumprissem esta exigência (10% extensão) em atividades da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX). Camila aprovou a ideia. Dalbert propôs isentar o aluno do cumprimento desta CH. Jurair entende que não caberia isenção, mas ficaria a cargo de cada professor declarar se o aluno cumpriu o conteúdo extensionista da disciplina. Ou seja, após analisar o desempenho do aluno e o conteúdo das disciplinas (ementa do curso de origem x ementa do curso de destino), se o docente entender que o aluno, de alguma forma, já cumpriu a atividade extensionista, poderia declarar isso à Coordenação. Novamente Dalbert propôs a simples isenção, mas Jurair reiterou que a SERAC só poderia lançar a isenção no sistema acadêmico mediante declaração do docente, com respaldo da Coordenação do Curso. Camila considera que a suposta isenção estaria descumprindo a exigência da Resolução CNE/CES nº 7/2018, de 10% da CH total em atividades de extensão. Camila entende que respeitar o cumprimento deste percentual (10%), seria uma forma de valorizar as atividades promovidas pela SEPEX. Jurair entende que as coordenações poderão se posicionar durante a construção do regulamento. Michele concluiu que “o problema surgiu ao incluírem a CH da extensão dentro da disciplina.” Marcos entende que a equivalência entre as disciplinas ainda é um problema. Thiago Brañas sugeriu que deva ser considerado o que consta nas ementas para que o docente decida se defere ou indefere o pedido. Jurair entende que a declaração assinada pelo docente resolverá este impasse, ao declarar que o aluno já cumpriu o percentual reservado à extensão, após análise das ementas. Jurair propôs continuar com as discussões durante a construção desta normativa local. Para tanto, Cristiano sugeriu designar uma comissão especial e o presidente propôs que a GERAC continue desenvolvendo este trabalho, compartilhando informações com as coordenações, sendo aprovado por unanimidade. Tratando do último ponto de pauta, o presidente consultou os conselheiros, a respeito da manutenção da medida de segurança vigente desde dezembro/2025, para controle de acesso de visitantes à Unidade Petrópolis (identificação obrigatória na Recepção). Paulo Apipe propôs aperfeiçoar o processo, com os seguintes ajustes: adotar procedimentos específicos para a realização de eventos; flexibilizar a entrada (identificação) de visitantes, quando acompanhado de servidores; melhorar a comunicação à comunidade acadêmica, quanto aos procedimentos de segurança adotados; revisar o formato do registro de identificação de visitantes. Dalbert questionou se a recepção saberia identificar visualmente quem é visitante ou não. O presidente entende que já houve transparência quanto ao método de segurança adotado (PDC 18/12/2025) e que este tipo de controle está fluindo bem, já que não houve reclamação de pessoas externas quanto à necessidade de identificação. Entretanto, concorda com Apipe quanto à fluidez na entrada de visitantes em grandes eventos, que poderá ser dinamizada mediante lista antecipada de participantes. Lembrou que consultou à Procuradoria Jurídica do Cefet/RJ, antes de implementar a medida de identificação de visitantes, e constatou-se que não haveria constrangimento ao solicitar seus dados. Luciana Castro mencionou que o agendamento prévio de grupos de visitantes, que participam de projetos de extensão, já ocorre em nosso campus (durante a SEPEX), sem reclamações, já que o pedido de identificação ocorre de forma sutil, sem constrangimentos. Marcos reiterou que estes esclarecimentos deveriam ter ocorrido antes da medida ser adotada pela gestão. Leandro Tavares reforçou a fala de Marcos, destacando a importância destes assuntos serem debatidos no CONPUS. Representando os TAEs (após debates da categoria), Camila se posicionou em favor da manutenção das medidas adotadas, informando que a localização dos passadores foi reorganizada pela SUPRE, após discussões realizadas pela categoria PCCTAE no âmbito de seus canais de comunicação, aprimorando e redirecionando o fluxo de entrada para a recepção, visando dinamizar o controle de identificação de visitantes. Jurair pediu compreensão de todos quanto ao método adotado, considerando que, eventualmente, a gestão precisa decidir prontamente, dando uma resposta imediata. O presidente aguardará sugestões deste Conselho para aprimoramento da medida adotada. Michele Gonzales frisou que nenhuma entrada de visitantes foi impedida até o momento e reforçou a necessidade da identificação de pessoas externas como medida de segurança, especialmente diante da vulnerabilidade de servidoras (mulheres). Apipe disse que “mais que impressão de segurança,

a medida traz segurança efetivamente, uma vez que o Cefet se mostra à comunidade externa como uma instituição dotada de procedimentos para ingresso ao campus. Isso pode ajudar a afastar pessoas que, eventualmente, estejam mal-intencionadas.” Daphne, em nome da SAPED (composta por mulheres), acredita que esta medida ampara servidores que lidam com público. Submetido à votação, o encaminhamento pela manutenção da medida de segurança foi aprovado por unanimidade. Sugestões de aprimoramento da medida serão analisados e incorporados ao controle adotado. Passando ao expediente final, Marcos pediu apoio para a construção de uma proposta a ser levada ao CONEN, visando aumentar as formas de ingresso de alunos, reforçando a importância da colaboração das outras UnEDs. Nessa perspectiva, Marcos já solicitou a documentação elaborada pelo Professor Marcelo Mascarenhas (demandas por processo seletivo complementar para aproveitamento de vagas remanescentes em cursos de graduação), conforme deliberado na 3ª reunião extraordinária do CONPUS 2025. Ficou acordado pelos conselheiros que o assunto será tratado por um Grupo de Trabalho (GT). Finalizando os assuntos gerais, Leandro parabenizou à SAPED pela implementação de projetos de ensino que têm como objetivo a oferta de aulas de reforço para alunos do ensino técnico integrado ao médio em telecomunicações. Sem outros assuntos a tratar, o presidente agradeceu a participação de todos e encerrou a sessão às dezessete horas e dois minutos. Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Marcia Maria Pereira de Almeida (secretária executiva) e pelo diretor Felipe da Rocha Henriques (presidente).

Documento assinado eletronicamente por:

- **Marcia Maria Pereira de Almeida, AUX EM ADMINISTRACAO**, em 21/05/2026 09:20:22.
- **Felipe da Rocha Henriques, DIRETOR - CD3 - UNED-PT**, em 24/05/2026 12:14:25.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/05/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.cefet-rj.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 80181
Código de Autenticação: 95e392888f

